

Memórias em disputa: a Revolta da Armada em Joaquim Nabuco e Felisbello Freire*

Memories in dispute: The Revolt of Armada in Joaquim Nabuco and Felisbello Freire

Mustafá Reis Dalate

Mestrando em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista FAPERJ. Graduado em História pela mesma Universidade.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir as condições políticas presentes na passagem do Império para a República, os panoramas políticos em que se inserem a Revolta da Armada e seus ecos presentes no ano de 1896. Nesta discussão, as análises dos discursos literários contribuem para enriquecer as fontes de compreensão do tema histórico em questão, assim como refletir as demandas e intencionalidades na escrita da história.

PALAVRAS-CHAVE: Revolta da Armada; 1896; República

ABSTRACT

The present article aims to reflect on the political conditions under which Brazil was found during the transition from the Empire to the Republic regime, besides the political landscapes associated with the Revolt of Armada and its echoes in the year of 1896. In this discussion, the analysis of the literary discourses contributes to enrich the comprehension sources of this historical theme and also to create reflection on the demands and intentions along the writing of the history.

KEYWORDS: Revolt of Armada; 1896; Republic

A proposta do presente artigo é debater a argumentação literária desenvolvida no ano de 1896 acerca da Revolta da Armada, que apesar de ter seu desfecho ocorrido em 1894 ainda aquecia os ânimos políticos das praças públicas. O enfoque norteador deste trabalho está no debate entre Felisbello Freire e Joaquim Nabuco, suas concepções em relação ao conflito, e na disputa da memória (POLLACK, 1989) para as gerações seguintes.

A compreensão sobre os desdobramentos da Revolta da Armada passa pelos resquícios de projetos políticos não contemplados, ou frustrados, durante o processo da Proclamação da República e sua consolidação. Cabe-nos entender um pouco mais deste fenômeno para observar as questões que se arrastam até o conflito. As bases do movimento que derrubou o Império e, conseqüentemente, instaurou uma nova cultura política, se constituiu na articulação de grupos distintos que possuíam em comum a superação da Monarquia. Apesar deste objetivo final, suas diferenças eram claras, tanto na

*Artigo recebido em 4 de abril de 2019 e aprovado para publicação em 30 de novembro de 2020.

Navigador: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 17, nº 33, p. 115-126 – 2021.

forma de retirar do poder o antigo *regimen* quanto no novo modelo a substituí-lo. O descompasso ideológico entre os grupos que vislumbravam na República seus anseios e expectativas e os que efetivamente controlaram as estruturas e alicerces do projeto republicano, foi logo sentido nos primeiros governos. Tais divergências refletiram nos diversos levantes que se colocaram em contestação à ordem vigente, um destes conflitos seria a Revolta da Armada. As disputas e o clima de instabilidade foram apenas normalizados mediante os acordos políticos na administração Campos Sales¹.

O elemento militar presente, em 15 de novembro de 1889, se restringe efetivamente a um grupo de jovens oficiais e aspirantes da Academia Militar da Praia Vermelha, que difundiam um pensamento crítico às medidas tomadas pelos representantes civis nas políticas do Império. As principais bandeiras deste grupo são pautas recorrentes do seio militar Sérgio Buarque de Holanda identifica os primeiros sinais de contestação a partir do periódico *O Militar* de 1855. Tratava-se de um jornal informativo, que circulava nas fileiras do exército, e pretendia analisar as mazelas da sociedade brasileira, demonstrando de que forma os principais problemas enfrentados na agricultura e indústria seriam responsabilidades única e exclusivamente dos meios civis que governavam o país. Através da alcunha de “legistas”, o periódico levantava suspeitas de corrupção nos diversos níveis da estrutura política e administrativa (HOLANDA 2005, p. 354). A Guerra do Paraguai foi um divisor de águas para ampliar o alcance das críticas levantadas por este grupo entre as diversas camadas militares. Suas ideias tiveram maior receptividade nas fileiras do exército. Parcela destes militares não se sentia representada e muito menos honrada pelas estruturas presen-

tes no Estado Imperial, vide as conquistas obtidas no conflito com seu vizinho. Desta forma, suas demandas corporativas; melhores salários, condições estruturais dos meios militares e novos equipamentos se somaram às antigas críticas ao governo.

As contestações recorrentes ao método de governo dos gabinetes civis somadas à maior valorização popular reconhecida com a campanha do Paraguai proporcionou elementos para a elaboração de um pensamento de superioridade dos valores militares sobre as vaidades dos “legistas”. A consolidação deste ideal se mostra presente entre os jovens oficiais da Escola Militar da Praia Vermelha, instituição de ensino técnico-militar mais importante do Exército no período imperial. A separação do ensino técnico entre militares e civis, concentrando nesta instituição a instrução e a orientação dos aspirantes, contribuiu para o isolamento entre os setores. Neste cenário, as diversas correntes ideológicas que vinham da Europa encontraram adeptos nesta instituição. Em especial o pensamento positivista, que ao ser adaptado às particularidades nacionais, supria as demandas teóricas dos jovens militares. Desta forma, a crítica ao sistema monárquico passa a ser mais refinada e se concentra na oposição às indicações pessoais, estas que deveriam ser pautadas em critérios técnicos dos considerados mais aptos para o cargo ou função.

Assim como no seio das Forças Armadas, os descontentamentos com os rumos da política imperial também estavam presentes em setores civis. Estes vislumbravam um governo menos centralizado, com maior participação política e o fim do Poder Moderador. Assim, é lançado, em 1870, o Manifesto Republicano (BRASILIANENSE, 1878, p. 62), expondo as principais demandas e propostas para uma melhor administração da nação brasileira. O manifesto se espelhava na experiência do

Período Regencial, em que uma administração mais descentralizada proporcionou uma maior autonomia regional e uma resposta ao Poder Moderador, porém, tal tentativa fora suprimida pelo Golpe da Maioridade. Apesar de haver um paralelo entre as críticas levantadas pelos setores militares e os civis, o principal ponto de distinção entre eles era: o modo pelo qual as mudanças deveriam ser implementadas. Enquanto os republicanos clássicos propunham uma mudança por dentro do sistema, mediante ações legais e reformas previstas na própria constituição, era exponencial o crescimento de adeptos a uma ação enérgica nas fileiras militares, em especial na Escola Militar da Praia Vermelha.

O fruto gestado entre os jovens militares amadurece e condiciona o movimento de 15 de novembro. Ação articulada e encabeçada por militares, que levou ao Campo de Santana um herói da Guerra do Paraguai a proclamar o fim do Império e o nascimento da República. Apesar deste protagonismo, a proposta de superação monárquica através do uso da força não ressoava bem no seio da hierarquia militar. Muitos militares possuíam uma visão monarquista ou no mínimo fiel à Constituição de 1824, desta forma a generalização da palavra “os militares” acaba sendo equivocada (CASTRO, 1995, p. 10). Assim sendo, compunham o pequeno e específico grupo que participou da quartelada alunos e aspirantes da Escola Militar da Praia Vermelha e a maioria dos regimentos da Corte. À sua frente marchava Deodoro da Fonseca, que aderira à campanha após tomar conhecimento dos boatos acerca da possibilidade de dissolução do Exército por parte do gabinete Ouro Preto. A maior contribuição do elemento civil, para esta obra, fora a instauração e confecção do Governo Provisório, assim como a eleição para a Assembleia Constituinte. Estas ações teriam legitimado o ato militar e

consagrado o apoio de parcelas da sociedade civil ao movimento. O pacto firmado entre os setores, deu lugar a um novo governo, no qual, mediante eleição indireta, assume Deodoro da Fonseca o posto de primeiro presidente da nação.

O DESCOMPASSO

A pouca resistência monárquica, durante o evento da proclamação, se fortalece na oposição literária contra o governo republicano por meio do debate público. Suas principais críticas se norteiam no estreitamento da participação popular no processo eleitoral, e na crise econômica que se intensificou nos primeiros anos de governo Deodoro com a política do encilhamento (FAUSTO, 2006, pp. 17-57). O campo oposicionista se fortaleceu mediante as críticas suscitadas por grupos republicanos², outrora apoiadores, frustrados com ações autoritárias e concentradoras de poder do governo. O fechamento do Congresso Nacional foi o ápice das medidas pouco democráticas de Deodoro, o que lançou dúvidas sobre a essência do projeto republicano em voga.

O aprofundamento da crise institucional se materializou através de declarações de apoio às ações do presidente por parte da maioria dos governadores. Sublevações populares tomaram as ruas das capitais e passam a ser apoiadas por forças militares que romperam com o poder central. Como consequência direta desta situação se formaram juntas governativas que tomaram o poder nos estados e destituíram os antigos governadores. Erupção semelhante ocorre na Capital Federal onde, às margens da Baía de Guanabara, o Almirante Custódio de Mello lidera uma Esquadra sublevada e exige a renúncia do presidente. A crise que abalou a jovem república brasileira deixara raízes que germinaram em outros movimentos. No

Rio Grande do Sul, o afastamento do então Governador Júlio de Castilhos levou à região uma guerra civil que transbordou das fronteiras do estado para a nação (REVERBEL, 2014).

As tensões políticas que perpassaram os primeiros anos de República, não foram dissolvidas com a saída de Deodoro da presidência, pelo contrário, chegam ao ápice no governo de Floriano Peixoto em meados de 1893. As tentativas de apaziguar os ânimos no sul do país, região que enfrentava uma guerra civil entre partidários de Júlio de Castilhos e os federalistas de Silveira Martins, ocasionaram divergências entre o presidente e nomes importantes de seu corpo ministerial. As principais divergências são por parte do Ministro da Marinha, e a condução do Governo Federal em relação aos rumos do conflito. O então ministro sugeria que o presidente buscasse solucionar a questão através de um acordo junto ao General Silva Tavares, um dos líderes do levante federalista, no intuito de pacificar as disputas na região. A proposta fora defendida pelo então Ministro da Fazenda, Serzedelo Correia, ao demonstrar relatórios financeiros desanimadores, onde este cenário poderia ser agravado com a prorrogação do conflito e necessidade de uma intervenção federal.

Havia desconfianças acerca do uso político do conflito no sul do país, como pretexto do vice-presidente para propor o adiamento das eleições que ocorreriam no ano de 1893. Atrelado ao crescimento de militares na política dos estados, via interventores nomeados pelo vice-presidente ou interesses locais que arrastavam o sentimento de classe para assuntos pessoais, estes são os pilares do Manifesto dos 13 generais³ que contestavam as escolhas do Governo Floriano Peixoto. A resposta do governo foi a prisão e reforma de alguns oficiais assinantes do manifesto. Nessas sanções, o caso do Almirante

Eduardo Wandenkolk contribui para efervescer os ânimos em setores da Marinha, já que o fato de possuir um assento no Senado Federal lhe proporcionava imunidades. Tal ação fora encarada por parcela da oficialidade de mar como uma afronta a toda a instituição. A oposição ao governo eclode em uma revolta, ao convencer o Almirante Custódio de Mello, recém-saído do corpo ministerial, a repetir o cenário de alguns anos atrás.

Ao se apossar em 6 de setembro de 1893 dos navios mais modernos que dispunha a Marinha e posicionar seus canhões para a Capital Federal, Custódio de Mello e sua Armada sublevada esperavam que a intimação feita a Floriano Peixoto fosse imediatamente atendida, assim como ocorrera anos antes com Deodoro da Fonseca. A negação e, conseqüentemente, a resistência por parte do presidente fora respondida com o bombardeio da cidade, em um primeiro momento, e, posteriormente, uma tentativa de atrair adeptos para caso a luta se estendesse. Nesse sentido, houve a tentativa de atrair os alunos e conseqüentemente o comandante da Escola Naval, o Almirante Saldanha da Gama⁴. Esta instituição possuía uma posição estratégica, homens para aumentar o poder de combate da revolta, além de munições e mantimentos. Em princípio, o Almirante Saldanha da Gama não adere ao movimento, entretanto se nega a cumprir as ordens do governo de fazer fogo contra os navios sublevados. A posição de neutralidade que se de Saldanha da Gama colocava em xeque, tanto os objetivos de Custódio de Mello em tentar uma pressão mais incisiva ao governo, quanto de Floriano Peixoto em contra-atacar os bombardeios à cidade.

O prolongamento do conflito, e, conseqüentemente, os diversos bombardeios à cidade, logo foi tema central dos principais representantes diplomáticos da capi-

tal. A interferência no comércio marítimo e o clima de insegurança na praça pública afetavam os interesses comerciais destes países e a vida de seus nacionais. Diante deste cenário, fora traçado uma espécie de armistício entre as forças para que o comércio marítimo não fosse afetado (CASTILHOS, 1894, pp. 111-116). Por um lado, impedir o bombardeio da cidade por parte dos sublevados, e, de outro, o fechamento da capital com peças de artilharia por parte do governo.

A neutralidade de Saldanha da Gama é quebrada a partir do episódio proporcionado pelo governo, que visava substituí-lo do comando da Escola Naval. A recusa desta instituição em cumprir a ordem sacramentou sua adesão à revolta. Quebrada a expectativa de uma resolução rápida e sem muita resistência, assim como ocorrera anos antes, Custódio de Mello parte para o sul a fim de expandir o conflito pelo país e obter contatos com a Revolta Federalista. Enquanto isso, as forças na capital estariam sob o comando de Saldanha da Gama.

Apesar de a expedição capitaneada por Custódio de Mello obter vitórias em Santa Catarina, não foi suficiente, a manutenção dos navios e o desgaste dos homens impediram o envio efetivo de reforços à capital. Enclausurado na Baía de Guanabara, Saldanha da Gama traça uma nova estratégia para fazer frente ao fortalecimento das forças do governo. Se, enquanto Custódio de Mello buscou respeitar e regular o trânsito marítimo, o novo comandante propunha interrompê-lo afetando a atividade aduaneira. Cessa o fogo dos navios e aprofunda-se as hostilidades em terra, a partir da Ilha das Cobras, principalmente na região da alfândega e áreas portuárias. Em um primeiro momento, a nova tática surte o efeito esperado diminuindo drasticamente as receitas comerciais no porto, porém a postura dos comandantes estrangeiros frente às ações da revolta se

alteram drasticamente. Essa guinada se inicia com a troca de comando das Forças Navais dos Estados Unidos na capital. O Almirante Benham adverte à Esquadra sublevada quanto a qualquer tipo de interferência aos navios comerciais de sua nacionalidade, garantindo todo o processo de desembarque de mercadorias sob escolta. A iniciativa fora inspiradora para os outros representantes internacionais, o que afundou o plano de Saldanha.

A situação que se desenhava para Saldanha da Gama era o mesmo impasse que encarou Custódio de Mello. Suas forças controlavam a Baía de Guanabara e parte da zona portuária, porém sem possuir a menor possibilidade de adentrar a cidade. Após meses de desgastes e poucos reforços, seus recursos materiais e humanos estavam em situação deplorável, e a batalha final se anunciava. O governo se preparava para fechar o cinturão em torno dos sublevados, por terra mediante o apoio do Exército e pelo mar, com a aquisição de navios no exterior. Diante desta conjuntura, sem apoio necessário para resistir e temendo um possível massacre, Saldanha da Gama propõe um termo de capitulação⁵ junto ao governo, mediado pelo comandante das forças portuguesas.

A recusa do Governo brasileiro em negociar a rendição fez com que, no dia 13 de março de 1894, entrasse “a esquadra legal no porto do Rio, sem a menor resistência das fortalezas e navios rebeldes” (FREIRE, 1982, p. 219). Concedia asilo político para Saldanha da Gama e suas tropas o comandante das forças portuguesas, orienta sua ação diante do possível derramamento de sangue desnecessário. Havia se encerrado a revolta na capital, porém, postergado o impasse em torno da interferência internacional no conflito. Os ecos em torno da revolta se materializam no ano de 1896 em obras memorialísticas aquecidas pelo viés político.

O ANO DE 1896

Encerra-se em agosto de 1895 o último foco de contestação do governo republicano com o fim da Revolta Federalista. Nos meses seguintes, o Presidente da república, Prudente de Moraes, primeiro civil a ocupar o cargo, sanciona o Decreto de Anistia⁶ aos sublevados das Forças Armadas que se envolveram em movimentos revolucionários. Os debates e manifestos, que durante os anos de conflito ilustraram os periódicos, entre opiniões que apoiavam o governo e visões que contestavam a sua legitimidade, transbordaram para as páginas de obras memorialísticas. No ano de 1896, os autores Felisbello Freire e Joaquim Nabuco protagonizaram um embate por meio de suas obras entre as visões acerca da Revolta da Armada, a influência de um viés restaurador em suas bases, a interferência estrangeira no conflito e o objetivo da sublevação. Essas interpretações contribuem como chave de leitura do clima político durante a revolta e da disputa narrativa da memória deste período no ano em questão.

Cabe situar ao leitor seus espectros políticos: Joaquim Nabuco⁷ fora ferrenho defensor da Monarquia Parlamentar e crítico das teses republicanas de Quintino Bocaiúva. Após a proclamação, faz parte da oposição a esta por meio da literatura⁸. Felisbello Freire⁹, por outro lado, tido como republicano histórico foi constituinte da carta de 1891 e atuou ativamente em pastas ministeriais no Governo Floriano Peixoto durante a Revolta da Armada.

Adentrando em seus pensamentos, a classificação e utilização das fontes inaugura o embate entre os autores e seus métodos utilizados. Enquanto Felisbello Freire tem por objetivo construir uma visão de abarcar os antecedentes, desenvolvimento e desfechos do conflito, enfatizando sua intenção de construir uma histó-

ria completa, “imparcial” e afastada das emoções¹⁰, em Joaquim Nabuco o centro de sua narrativa está localizado nas interferências estrangeiras durante a Revolta da Armada e as possíveis influências destas para desequilibrar o conflito para um dos lados. O argumento de expelir as paixões que ainda circundavam o debate e a escrita histórica acerca do conflito é ponto central na retórica de Freire. Este argumento tem por objetivo potencializar suas conclusões e valorizar a sua interpretação em relação a de seus opositores. Se para Felisbello Freire é fato a aproximação dos objetivos da revolta à causa monarquista, encontramos no discurso de Joaquim Nabuco críticas às fontes utilizadas para tal conclusão. Em sua obra, *A Intervenção Estrangeira durante a Revolta de 1893*, o autor versa apenas no capítulo “O Marechal Floriano e a Revolta” elementos acerca das motivações e desdobramentos desta, pois se julgava não habilitado para emitir uma opinião sobre os seus pontos mais delicados, por insuficiência de dados autênticos e um inquérito regular”. A alegação suscitada pelo autor pode ser expandida tanto para a história militar, quanto para a política do movimento, o que nos faz deduzir que estas palavras seriam direcionadas aos seus opositores literários; “o que temos tido é a glorificação sem tato e sem medida, própria de todas as decadências; é o espírito do arquiteto que propõe dar aos montes Atos a figura de Alexandre” (NABUCO, 1896, p.108).

A condução das representações estrangeiras no conflito é tema central do livro de Joaquim Nabuco onde sua análise gira em torno do pedido, ou não, por parte do governo pela interferência externa no conflito. Em suas palavras, a ação estrangeira fora: “Um dos principais elementos da vitória do Marechal Floriano Peixoto” (NABUCO, 1896, p. 11), pelas limitações impostas à Esquadra Sublevada e, poste-

riormente, o auxílio financeiro proporcionado pelo governo dos Estados Unidos para a organização de uma frota leal ao presidente. Na concepção do autor, tal questão abre um precedente por ter sido solicitada pelo próprio governo, concedendo assim, autonomia às nações estrangeiras para resolver um problema de ordem política interna. A visão de Freire caminha para o lado oposto, pois questiona as motivações de um possível reconhecimento de autoridade concedido pelos comandantes estrangeiros aos sublevados, mediante o cumprimento das imposições exigidas por estes no comércio marítimo, apesar de não ter sido reconhecido o estado de beligerância da revolta pelas suas nações. Assim sendo, o autor suspeita haver uma colaboração estrangeira à revolta, e utiliza para justificar sua teoria a publicação de um Manifesto, no dia 24 de maio de 1894, em Buenos Aires, do Sr. Custódio de Mello, ao descrever uma conversa com o cidadão britânico Charles Akers¹¹, onde este demonstra haver um plano de apoio político e financeiro às sublevações que se posicionarem ao lado da causa restauradora.

Fato de ter eu, desanimado por não conseguir recursos pecuniários, sem dúvida por causa do meu manifesto, dos que me prometiam fundos, repellido in limine a proposta que me fez o Sr..., correspondente do Times, de proporcionar-me todo o dinheiro de que precisasse e até navios se eu fizesse a restauração monárquica, proposta de que fiz logo sabedores os oficiais do Aquidaban, onde nos encontrávamos (FREIRE, 1896, p. 264).

O Manifesto fora desmentido pelo representante do periódico *Times*, porém o autor corrobora sua denúncia através do relato do Sr. Belford Guimarães, concedido ao jornal *Prensa* em 1º de junho de

1894, onde: “Disse-me o Sr. Akers, entre outras coisas, que no dia em que arvorássemos a bandeira da restauração não faltaria quem viesse em nosso auxílio, tanto dentro como fora do país” (FREIRE, 1896, p. 264). Além deste, o caso de asilo político concedido pelo Governo português aos sublevados, apoiado pelo Governo britânico, fora um elemento que contribuiu para o posicionamento do autor, frente a uma possível intenção de interferência britânica nos rumos políticos do país¹².

Nessas bases, Felisbello Freire levanta a suspeita de um viés restaurador por trás da Revolta da Armada, elencando elementos de articulação durante o desdobramento do conflito. Sua visão tem por intuito consolidar o projeto republicano e construir a imagem de Floriano Peixoto como o consolidador deste sistema político. O autor, ao associar a revolta à causa monarquista, descaracteriza as críticas ao governo vigente, conduzindo-as ao sistema republicano, desta forma, a ação contra a sublevação se torna a defesa deste regime. Na interpretação de Joaquim Nabuco, a revolta é compreendida como um embate entre as classes militares, que disputavam o protagonismo do governo republicano, bem distante de um objetivo restaurador (NABUCO, 1896, p. 134). Assim sendo, enxerga nesse conflito a possibilidade de desestruturação do Estado Nacional contaminado pela intervenção do militarismo na política. Fruto do protagonismo dos militares no movimento de 1889, o autoritarismo esteve presente nas ações dos primeiros presidentes da República, o que levou o autor a classificar o governo de Floriano Peixoto como uma ditadura.

O elemento geracional da revolta descrito por Joaquim Nabuco é, até certo ponto, aceito por Felisbello Freire. Porém, o que destoia em sua visão diz respeito a compreendê-la para além de uma luta entre as classes militares, mas uma grande

articulação construída direta ou indiretamente com um único objetivo: devolver o poder à Monarquia. Este autor divide a revolta em duas fases: a primeira um conflito interno das Forças Armadas em relação ao protagonismo do Exército na política, onde a sublevação que derrubou Deodoro da Fonseca inauguraria a tentativa da Marinha de se equiparar ao Exército nas estruturas republicanas de poder; e a segunda, a cooptação da revolta pela causa restauradora. O ponto final do viés republicano da revolta ocorre, ao assumir o comando das forças sublevadas, o Contra-Almirante Saldanha da Gama. Na concepção de Felisbello Freire, era necessário para as forças monarquistas o enfraquecimento do prestígio de Custódio de Mello, e a ascensão de um oficial comprometido com a sua causa. Conforme o autor, o novo comandante se mostrava adepto das ideias de Silveira Martins, norteadoras da Revolta Federalista, além de possuir um histórico “cujas opiniões eram por todos conhecidas, como infensas às instituições republicanas” (FREIRE, 1896, p. 126).

A justificativa das críticas suscitadas por Felisbello Freire ao estreitamento dos movimentos perpassa pela sua análise da imagem de Silveira Martins. O autor compreende o líder da Revolta Federalista como um: “Caudilho desvairado e trêfego que viu ruírem com a República os privilégios antigos doados em feudo à sua concupiscência política pelo antigo regime” (FREIRE, 1896, p. 8). Demonstra que as proposições defendidas por Silveira Martins e o Partido Federalista se baseiam em “devolver à nação brasileira a liberdade de escolher a forma de governo, violada pelas condições em que se estabeleceu a República” (FREIRE, 1896, pp. 85-86). Cabe a reflexão acerca da análise apresentada por Silveira Martins, em que este classifica a Proclamação da República como um movimento vertical encabeçado pelos militares e sem prévio con-

sentimento da população. Mediante este ponto, somos forçados a questionar se: as proposições levantadas por este movimento pretendiam restaurar as bases anteriores ao movimento da proclamação, ou convocar a população para a escolha do sistema político. Tal dúvida não está presente no pensamento de Felisbello Freire. O autor considera que a elaboração da Constituição de 1891, pelos constituintes escolhidos pela população, fora uma clara expressão de apoio à obra de 15 de novembro. Desta forma, “ninguém punha mais em dúvida os intuítos restauradores do Sr. Silveira Martins” (FREIRE, 1896, p. 125).

Em oposição a esta visão, Joaquim Nabuco interpreta o retorno de Silveira Martins, após seu exílio, como uma oportunidade de unir a nação em torno de um projeto que pretendia “chamar para a República os últimos elementos conciliáveis do partido monárquico” (NABUCO, 1896, p. 132). Em sua visão, a impossibilidade de concretizar tal feito ocorre mediante a interpretação de alguns políticos do Rio Grande do Sul, ao associá-lo como uma ameaça aos seus interesses e protagonismos locais. Esta rixa conduziu o estado a uma guerra civil entre os federalistas de Silveira Martins e os apoiadores de Júlio de Castilhos. O impasse na cúpula da administração de Floriano Peixoto, acerca de que forma deveria lidar com este conflito, fora um dos elementos que contribuíram para transbordar a disputa de cunho regional para a nação.

PLEBISCITO OU RESTAURAÇÃO

A proposta de consultar a população acerca da forma de governo se mostra presente no manifesto produzido por Saldanha da Gama ao assumir o comando dos sublevados da Armada. Desta forma, Felisbello Freire ratifica o seu raciocínio ao demonstrar que a nova roupagem da revolta direciona suas críticas não apenas a Floriano

Peixoto, mas às estruturas republicanas apresenta um possível manifesto desse oficial publicado na imprensa nacional: “A lógica, assim como a justiça dos fatos, autorizaria que se procurasse, à força das armas, repor o Governo do Brasil onde estava a 15 de novembro de 1889”, pelo fato da proclamação ter sido instituída por uma “sedição militar, de que o atual governo não é senão uma continuação”. Apesar de desmentir parcela deste documento, o almirante reiterou a sua proposta de um plebiscito para “consultar a nação sobre qual dos sistemas de governo republicano ela prefere envolver os seus gloriosos destinos” (FREIRE, 1896, p. 88). As retificações apresentadas, em que esta escolha seria norteadada por um dos modelos republicanos, vai em oposição à tese defendida por Freire.

Contudo, entre os diversos temas debatidos pelos autores, a questão da presença, ou não, da causa restauradora na Revolta da Armada fora defendida veementemente por Felisbelo Freire ao entender que “O regime plebiscitário, não era mais do que um programa disfarçado da restauração monárquica” (FREIRE 1896, p. 125). Enquanto que Joaquim Nabuco contesta a ausência do elemento básico para a restauração: “A monarquia não aparece nem com os seus homens, nem com a sua bandeira, nem com a sua dinastia: tudo se faz sob a República, em nome da República”. Outro ponto de enfoque do autor diz respeito à defesa de membros da família imperial às sublevações: “A herdeira do trono mostrará durante toda a guerra civil o mais perfeito, o mais absoluto desprendimento da luta” (NABUCO, 1896, p. 138).

A PARTICIPAÇÃO POPULAR E A PROPOSTA PLEBISCITÁRIA

A proposta plebiscitária descrita no pensamento de Silveira Martins não pos-

sui por parte das fontes citadas um aprofundamento acerca dos métodos de sua implementação. Ao mesmo tempo, até a data da escrita deste texto, não obtive outras referências que pudessem explicar efetivamente como se daria essa proposta e sua real efetividade em relação à participação popular. Entretanto, a falta de tais documentos não impede a construção de hipóteses, mediante o cruzamento de dados coletados acerca da participação popular na política brasileira entre o período do Império para República.

O número de pessoas declaradas aptas ao voto no período imperial era relativamente baixo em relação a totalidade da população. Apesar deste quadro, as diversas acusações de fraudes e lisuras no processo (LESSA, 2015, pp. 69-73), tais como: voto de cabresto, contratação de pessoas para se passarem por outras, e demais irregularidades, levou a uma interpretação que buscava “proceder a uma rigorosa seleção do eleitorado, na suposição de que só eleitores bem escolhidos podem bem escolher candidatos” (HOLANDA, 1972, p. 179 apud LESSA, 2015, pp. 70-71). A proposta para evitar as sedições e deturpações do sistema que cooptavam as camadas mais baixas era segregar as camadas inferiores do processo. Originária deste pensamento, a Lei Saraiva de 1881, última reforma eleitoral aplicada no Império, trazia como condição para se tornar eleitor uma renda mínima anual e o “censo literário”, saber ler e escrever corretamente. Essas alterações mudaram drasticamente o número de votantes no país, que passaram de 1.114.066, em 1874, para 145.296, algo em torno de 1,5% da população (LESSA, 2015, p.73). Outro ponto que demonstra a diminuição drástica do quadro de votantes diz respeito ao índice de analfabetismo no Império. Este que beirava cerca de 82% da população, segundo o censo de 1872 (FERRARO & KREIDLOW, 2004, p. 182).

Se a propaganda republicana, inaugurada com o Manifesto de 1870, propunha a democracia e a igualdade política como elementos centrais do homem e do cidadão, a sua implementação não conseguiu se distanciar tanto dos últimos anos de Império, em relação ao número de votantes. O novo código eleitoral retirava o elemento censitário, porém manteve a restrição aos analfabetos. A manutenção desta prerrogativa limitou o alargamento do número de votantes aos mecanismos de escolha política. Se no censo de 1872, o eleitorado constituía 11% da população, passando para 1% após a Lei Saraiva de 1881, nas eleições presidenciais de 1894 o percentual dos votantes passou para tímidos 2% (LESSA, 2015, p. 114). Desta forma, a conservação da proibição do voto aos analfabetos, maioria da população, não trouxe real mudança prática para a questão eleitoral nos primeiros anos da República, muito menos conseguiu impedir a continuidade dos vícios e das fraudes que motivaram a Lei Saraiva e a diminuição do eleitorado.

Os dados conhecidos acerca da participação popular contestam a tese de aprovação do regime republicano pela população. A teoria defendida por Felisbello Freire acerca da legitimidade concedida pelo voto à Assembleia Constituinte não leva em consideração o fato das restrições de acesso ao eleitorado. Assim como as poucas informações acerca da proposta plebiscitária de Silveira Martins¹³ nos faz questionar se a consulta seria: a todos os brasileiros sem restrições; se adequaria as restrições do novo Código Eleitoral republicano ou a um dos modelos de alistamento do Império.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASILIENSE, Américo. *Os programas dos partidos e o Segundo Império*: Primeira parte, Exposição de Princípios. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler, 1878.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTILHOS, Augusto de. *Portugal e Brasil: conflito diplomático*. Lisboa: M. Gomes Editor, 1894. V. 2

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1995.

FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira: O Brasil Republicano*. Tomo III. Vol. 8. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLOW, Daniel. *Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais*. Vol. 29. Nº 2. Jul/Dez. Porto Alegre, 2004.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *História da Revolta de 6 de setembro de 1893*. Vol. 27. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico*. Tomo II. Vol. 7. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks. 2015.

MARTINS, Hélio Leôncio. *História Naval Brasileira*. 5º Volume, Tomo I-A: Ministério da Marinha. Serviço de Documentação Geral da Marinha. 1985.

NABUCO, J. *A Intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*. Vol. 21. Brasília: Edições do Senado Federal. 2003.

POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento silêncio*. In: Estudos históricos. Vol. 2. Nº 3. Rio de Janeiro, 1989.

REMOND, René. *Por uma história política*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REVERBEL, Carlos Eduardo Dieder. *A Revolta Federalista e o ideário parlamentarista*. 219 f. Dissertação (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014.

NOTAS

¹ A passagem de governo dos militares para os civis e a normatização das relações políticas na república, estão bem organizadas em trabalho de Renato Lessa (LESSA, 2015, pp. 165-193).

² Os grupos políticos com projetos republicanos e os modelos a serem seguidos estão muito bem condensados em José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 1990, pp. 17-33).

³ “Os abaixo-assinados, oficiais gerais do Exército e da Armada, não querendo, pelo silêncio, compartilhar da responsabilidade moral da atual desorganização em que se acham os Estados, devido à intervenção da Força Armada nas deposições dos respectivos governadores, dando em resultado a morte de inúmeros cidadãos, implantando o terror, a dúvida e o luto no seio das famílias, apelam para vós, marechal, para que façais cessar tão lamentável situação. A continuar por mais tempo semelhante estado de desorganização geral do país, será convertida a obra de 15 de novembro de 1889 na mais completa anarquia. E os abaixo-assinados, crentes como estão, que só a eleição do presidente da República, feita quanto antes, como determinam a Constituição Federal e a lei eleitoral, porém, livremente, sem a pressão da Força Armada, se poderá restabelecer prontamente a confiança, o sossego e tranquilidade da família brasileira, e bem assim o conceito da República no exterior, hoje tão abalados, esperam e contam que neste sentido dareis as vossas acertadas ordens, e que não vacilareis em reunir este importante serviço cívico aos muitos que nos campos da batalha já prestastes a esta pátria” (FREIRE, 1982, p. 24).

⁴ Segundo Augusto de Castilhos, adido naval português no porto do Rio de Janeiro, a influência do Almirante Saldanha da Gama refletia nas guarnições das Ilhas das Enxadas, Villegagnon e das Cobras (CASTILHOS, 1894, pp. 67-68).

⁵ “Os oficiais da fração da Esquadra Libertadora, surta neste porto, desejosos de pôr termo à luta, que há mais de seis meses ensanguenta o país, estão resolvidos a deporem as armas sob as seguintes condições: 1ª. Retirada para o estrangeiro dos oficiais, assim como dos que com eles privam, sob a garantia e guarda da nação portuguesa; 2ª. Garantia de

vida para os inferiores e praças e bem assim para os voluntários que lhes estão assimilados; 3ª. Entrega das fortalezas, navios e mais material no pé em que se acham; 4ª. Restituição dos prisioneiros, exceto aqueles oficiais prisioneiros que queiram ou preferiram partilhar a sorte dos oficiais da Esquadra” (FREIRE, 1982, p. 258).

⁶ Decreto N° 310, de 21 de outubro de 1895, in: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-310-21-outubro-1895-540741-publicacaooriginal-41604-pl.html>. Acessado em 31/03/2019 às 19:48h.

⁷ Vide extrato biográfico produzido pelo CPDOC, In: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NABUCO,%20Joaquim.pdf>. Acessado em 28/3/2019, às 19h30.

⁸ Vide suas obras: *Por que continuo a ser monarquista* (1890); *O dever dos monarquistas* (1895).

⁹ Vide extrato biográfico produzido pelo CPDOC, in: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FREIRE,%20Felisbello.pdf>. Acessado em 27/3/2019 às 15h27.

¹⁰ A oposição entre paixão e razão é elemento central na confecção do discurso de Felisbello Freire, ideia recorrente em seu livro e presente principalmente (FREIRE, 1982, pp. 6-7).

¹¹ Segundo Felisbello Freire, fora o próprio diplomata britânico Hugh Wyndham “quem se encarregou de pedir ao governo para consentir que o seu compatriota Charles Akers socorresse os enfermos e feridos das forças revoltadas” (FREIRE, 1982, p. 264). O pedido de um diplomata britânico são elementos considerados pelo autor, para apontar o interesse do governo britânico com esta proposta.

¹² Os relatos citados, tanto do Manifesto de Custódio de Mello, quanto do periódico “Prensa”, não foram encontrados para além das citações do autor. Cabe uma pesquisa mais aprofundada nos periódicos do período e citados pelos autores para melhor se compreender a difusão de culturas políticas e a influência destas na opinião pública. Compreendo cultura política pela grelha teórica de René Remond (REMOND, 2003, pp. 13-37).

¹³ O aprofundamento acerca da proposta plebiscitária seria importantíssimo para compreendermos a efetividade da participação popular nesta em oposição ao que ocorrera durante o período conhecido como República das Espadas. Diferente de Felisbello Freire, Carlos Eduardo Dieder Reverbel apresenta uma visão de Silveira Martins mais próxima do parlamentarismo, este que seria um “mecanismo em que o povo intervinha mais eficazmente na política” (REVERBEL, 2014, p. 22).